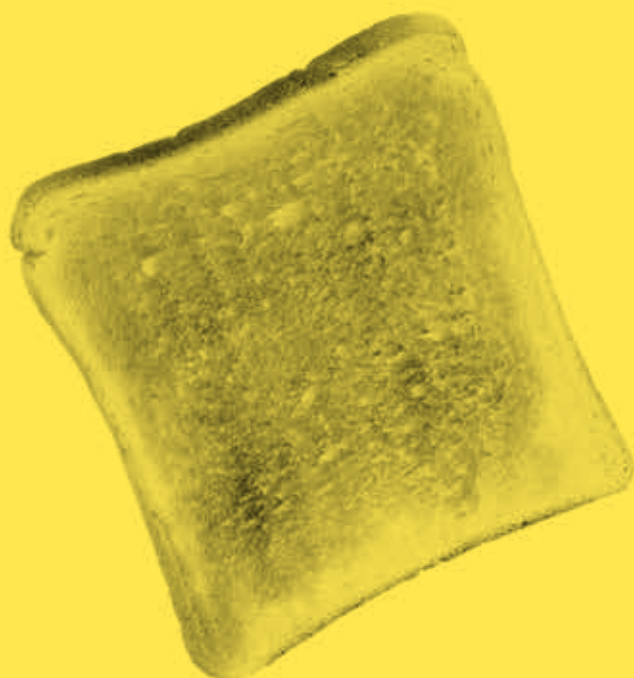


BOAS PRÁTICAS



Unicamp lança política de integridade em pesquisa

Universidade institui comissão para produzir material educativo e fazer análise preliminar de denúncias

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) publicou em outubro sua política institucional de boas práticas e integridade de pesquisa. O documento aprovado pelo Conselho Universitário define os deveres da instituição e apresenta um conjunto de princípios a serem respeitados, entre os quais o cuidado com a produção, registro e exposição de dados originais de pesquisa de forma a evitar situações de informação incorreta e plágio; a importância de atribuir a autoria em trabalhos científicos de forma justa; o combate ao abuso de poder nas relações acadêmicas, com ênfase na prevenção de assédio sexual e moral; e o estímulo à disseminação para a sociedade do conhecimento gerado.

A principal novidade é a criação da Comissão de Integridade em Pesquisa (CIP), composta por oito docentes e pesquisadores representando quatro campos do conhecimento: biomédicas, humanas, exatas e tecnológicas. “A CIP tem como papel incentivar, de modo permanente, a cultura da integridade ética na universidade”, explica Munir Skaf, pró-reitor de Pesquisa da Unicamp. A comissão vai promover campanhas de conscientização e de prevenção e elaborar material educativo sobre boas práticas de pesquisa, como cartilhas, vídeos e minicursos voltados principalmente para os alunos de graduação e pós-graduação. Em um ano, os membros da comissão deverão apresentar uma proposta de atualização da política institucional, apontando eventuais lacunas no documento atual.

Também caberá à CIP receber denúncias de má conduta e fazer uma análise técnica preliminar de seu conteúdo em um prazo de no máximo sete dias úteis. Se os indícios tiverem alguma consistência, a comissão terá mais 20 dias úteis para produzir um relatório reunindo as evidências disponíveis, mas sem fazer uma investigação. O relatório pode re-

sultar no arquivamento do caso, se as evidências forem frágeis. Ou então na formação de uma comissão de sindicância, que irá ouvir o acusado, as testemunhas e requisitar documentos para apurar as responsabilidades e se houve dolo – esse procedimento já era padrão na universidade. A CIP informará o encaminhamento adotado a quem fez a denúncia – a menos, claro, que a fonte seja anônima.

Os membros da comissão terão, ainda, a incumbência de prestar informações ao público sobre o *status* de investigações. “A direção da Unicamp tinha dificuldade de cumprir esse papel, pois as denúncias de má conduta, assim que recebidas, eram repassadas a comissões de sindicância, que atuam de forma independente e mantêm sigilo durante as investigações”, explica Skaf. “Houve situações em que o editor de uma revista científica alertou a Unicamp sobre uma suspeita de má conduta envolvendo um pesquisador da universidade e depois pediu informações sobre os desdobramentos do caso. A universidade só conseguiu dar respostas lacônicas, porque de fato não sabíamos o que estava acontecendo. Agora, a CIP fará essa interlocução”, explica.

O Código de boas práticas científicas da FAPESP (https://fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf) já em 2011 exigia que as instituições de pesquisa tivessem políticas para lidar com a questão da integridade científica, além de órgãos encarregados tanto de promover a conduta responsável em pesquisa quanto de investigar e, se for o caso, punir eventuais desvios. Skaf reconhece que a Unicamp demorou para lançar uma política de boas práticas. “Já havíamos adotado diversas ações, como o uso de softwares para detectar plágio em trabalhos de estudantes e pesquisadores, mas faltava criar uma estratégia

ampla”, afirma. Um grupo de trabalho, envolvendo 16 pessoas, foi formado em 2018 para discutir o assunto e elaborar o documento. “Esse pessoal fez um trabalho primoroso, analisando as políticas existentes na FAPESP desde 2011, em universidades do país, como a USP, e do exterior, notadamente as instituições britânicas e as australianas que têm um conjunto de regras e definições colocado de forma clara e enxuta.”

A política de integridade da Unicamp vai se articular com a nova política de acesso aberto à produção científica e intelectual, também aprovada em outubro pelo Conselho Universitário. Um ponto de convergência entre as duas estratégias é a preocupação com a reprodutibilidade, conceito que envolve a capacidade de confirmar os resultados de uma pesquisa em trabalhos posteriores. As conclusões de um trabalho científico às vezes não são reproduzíveis por motivos diversos, que podem incluir erros e fraudes, mas também pela falta de transparência sobre os dados primários e os métodos adotados na pesquisa.

Além de determinar que toda a produção científica de alunos e pesquisadores da Unicamp seja disponibilizada em um repositório da instituição, a política de acesso aberto regula a gestão de dados primários obtidos em pesquisas e estabelece que sejam compartilhados em plataformas públicas sempre que possível. Skaf destaca que o compartilhamento pode ampliar a visibilidade da produção acadêmica da Unicamp. “Os dados ganham um identificador, como acontece com os artigos científicos, e o Google Scholar consegue registrar quando eles são reutilizados em outros estudos. Além de citações ao artigo, os autores também saberão o impacto dos dados que o embasaram. O hábito de compartilhar pode gerar ganhos interessantes”, explica o pró-reitor. ■ **Fabrcio Marques**

Repercussão de revistas predatórias

Um trabalho divulgado na revista *Scientometrics* analisou o impacto de 10 periódicos da área de marketing ao contabilizar as citações que seus artigos receberam em outros títulos da disciplina. Não eram 10 revistas convencionais: todas elas figuravam em uma ou mais listas de periódicos predatórios, aqueles que aceitam artigos sem fazer uma revisão por pares genuína, bastando pagar uma taxa para publicá-los.

Assinado por Salim Moussa, professor de marketing do Instituto de Estudos Aplicados em Humanidades da Universidade de Gafsa, Tunísia, o estudo constatou que os 1.246 artigos publicados nessas 10 revistas predatórias receberam 10.935 citações, sendo que 11% foram citados 13 vezes ou mais. O *paper* de maior repercussão recebeu 217 citações, das quais 21 em periódicos indexados no Índice de Citação de Ciências Sociais da empre-

sa Clarivate Analytics, responsável pela respeitada base de dados Web of Science.

Moussa não chegou a avaliar o conteúdo dos artigos muito citados e, no final do trabalho, sugere uma investigação aprofundada sobre a eventual existência de “conhecimento sobre marketing útil e genuíno” nessas publicações. Mas adverte que a literatura acadêmica da disciplina pode estar sendo contaminada por conhecimento de baixa qualidade. Ele também afirma que artigos de revistas predatórias têm mais influência na área de marketing do que em outras disciplinas. Cita pesquisas anteriores em que periódicos com práticas questionáveis de diversos campos do conhecimento receberam entre 10 e 394 citações cada um por seu conjunto de artigos. Entre as 10 revistas de marketing, esse índice foi consideravelmente maior, superando 732 citações em quatro delas.

O autor sugere uma série de medidas para enfrentar o problema. Uma delas é fornecer treinamento sobre integridade em publicações científicas para que estudantes e profissionais da área consigam identificar revistas predatórias e evitá-las. “Pesquisadores de marketing mais experientes poderiam ajudar os mais jovens não apenas na escolha de um periódico para divulgar seus achados, mas também contando suas experiências de publicação”, escreveu. Outra recomendação consiste em pressionar as escolas e os departamentos de marketing a desqualificarem artigos publicados em revistas predatórias em seus processos de avaliação e promoção. “Quantos recursos financeiros terão sido concedidos a pesquisadores de marketing fraudulentos, que infectaram seus currículos publicando principalmente em jornais predatórios?”, indagou Moussa no *paper*.



Retratação com crítica explícita

Quando uma revista anuncia a retratação de um artigo científico, é comum que informe o que há de errado no trabalho sem emitir juízos de valor sobre o comportamento dos autores. Já o *Brain Research Bulletin*, periódico de neurociência vinculado à editora Elsevier, decidiu ser explícito e didático ao anunciar o cancelamento de um artigo publicado em 2017 sobre um efeito do hormônio eritropoietina em ratos. Os responsáveis pelo *paper*, três anesthesiologistas do Hospital Central de Cangzhou, na China, reproduziram parte do conteúdo do artigo em publicações de outros três periódicos no ano de 2017. “Publicações redundantes comprometem a integridade da literatura científica”, informa a nota de retratação. “Elas sobrevalorizam a importância relativa de descobertas publicadas e distorcem o histórico acadêmico dos autores”, completa. O neurobiólogo molecular Andres Buonanno, editor-chefe do *Brain Research Bulletin*, explicou ao serviço de notícias Retraction Watch que a redação da nota procurou propositalmente enfatizar o impacto da má conduta científica, quando se constatou que os autores haviam burlado as regras e enganado a publicação. “Nós continuaremos a usar esse tipo de linguagem quando estiver claro que os autores agiram de má-fé”, afirmou Buonanno, que é pesquisador dos Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos.